

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA – ABSOLAR**  
**CNPJ/MF nº 19.538.290/0001-50**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO**

**Artigo 1º – Denominação, Sede, Foro e Duração**

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA – ABSOLAR** é uma pessoa jurídica de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, fundada em 27 de novembro de 2013 e regida pelo presente Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

A **ABSOLAR** será constituída por prazo indeterminado, tendo sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde estabelecerá seu escritório-sede por deliberação do Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria Executiva.

Parágrafo único – A alteração do Estado ou Município onde se localize a sede da Associação, bem como a abertura de escritórios de representação em qualquer localidade do território nacional ou no exterior será objeto de deliberação da Assembleia Geral.

**Artigo 2º – Objeto**

A **ABSOLAR** tem por objeto coordenar, representar e defender os interesses comuns dos seus associados quanto ao desenvolvimento do setor de energia solar fotovoltaica no Brasil, atuando na promoção e divulgação da energia solar fotovoltaica, bem como em defesa e proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e à livre-concorrência.

À **ABSOLAR** caberá:

- a) representar os seus associados perante a sociedade brasileira, autoridades governamentais brasileiras e comunidade internacional;
- b) representar seus associados junto ao Fórum Permanente de Energia Renovável, com ênfase na promoção da energia solar fotovoltaica;
- c) conjugar e coordenar iniciativas e esforços conjuntos de seus associados, promovendo a utilização da energia solar fotovoltaica;
- d) acompanhar e sugerir ajustes na legislação e regulamentação brasileiras aplicáveis à energia solar fotovoltaica;
- e) colaborar e interceder junto aos órgãos governamentais para a promoção da energia solar fotovoltaica;
- f) prestar colaboração técnica e emitir pareceres, por iniciativa própria ou quando solicitada, no âmbito da energia solar fotovoltaica;

- g) estimular, desenvolver e participar em projetos de pesquisa de mercado e de desenvolvimento tecnológico na área de energia solar fotovoltaica;
- h) colaborar com outras associações, institutos ou entidades com interesses afins, podendo, neste caso, firmar parcerias, convênios, acordos e/ou cooperações com esta finalidade;
- i) cooperar com os poderes públicos, órgãos e instituições nacionais e internacionais, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a atividade de suas associadas;
- j) colaborar com centros de pesquisa em energia solar fotovoltaica e cooperar na elaboração de programas de pesquisa e desenvolvimento e na obtenção de recursos junto a organismos nacionais e internacionais;
- k) participar de organizações nacionais e internacionais alinhadas aos seus objetivos;
- l) criar delegações ou outras formas de representação que contribuam para os seus objetivos;
- m) organizar, realizar e convocar reuniões, seminários, workshops e demais eventos de caráter técnico, econômico, científico, social e/ou cultural, voltados para os objetivos e finalidades dos segmentos de atuação de seus associados;
- n) incentivar a participação da energia solar fotovoltaica na matriz energética brasileira;
- o) buscar, junto aos setores financeiros, instrumentos de fomento a projetos de energia solar fotovoltaica no país;
- p) promover convênios de cooperação a programas de energia solar fotovoltaica com instituições nacionais e internacionais;
- q) promover a aproximação dos seus associados para permanente intercâmbio de informações e experiências, visando o aprimoramento dos seus processos em todos os campos e o inter-relacionamento entre os mesmos;
- r) publicar, patrocinar ou contratar a publicação de artigos, boletins, jornais, revistas ou anuários e, nas mesmas condições, obras sobre assuntos técnicos e econômicos de interesse do setor de energia solar fotovoltaica;
- s) representar extrajudicialmente e judicialmente seus associados na defesa de interesses individuais e coletivos relacionados aos objetivos desta Associação;
- t) exercer toda e qualquer atividade que contribua para o alcance dos objetivos aqui descritos.

Parágrafo único – A **ABSOLAR** e seus associados, Conselheiros e Diretores, enquanto representantes da **ABSOLAR**, não se envolverão em qualquer manifestação de caráter religioso, racial, ideológico ou político partidário em nome da Associação.

## **CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO E RECEITA**

### **Artigo 3º – Patrimônio**

Constituem patrimônio da **ABSOLAR** todos os bens móveis, imóveis, direitos e valores que esta possui e vier a adquirir, bem como as doações, legados, subsídios, auxílios e outras receitas por ela recebidas sob qualquer forma lícita, devendo ser utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

Parágrafo único – A **ABSOLAR** tem patrimônio distinto do de seus associados, que não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela **ABSOLAR**.

### **Artigo 4º – Receita**

A receita da **ABSOLAR** será constituída de:

- a) renda obtida pelo recolhimento das taxas de adesão de novos associados;
- b) contribuição obrigatória, quotizações ou contribuições extraordinárias dos associados, estabelecidas pela Assembleia Geral;
- c) doações ou dotações de entidades públicas ou privadas;
- d) renda de atividades e eventos condizentes com a sua finalidade;
- e) renda da venda de publicações produzidas pela ou em nome da **ABSOLAR**;
- f) renda de prestação de serviços, desde que dentro dos objetivos da **ABSOLAR**;
- g) renda de quaisquer tipos de atividades que sirvam aos objetivos da **ABSOLAR**;
- h) subvenções do Poder Público;
- i) contribuições de entidades de classe;
- j) renda própria proveniente de imóveis que a **ABSOLAR** possua ou venha a possuir;
- k) rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

### **Artigo 5º – Destinação Exclusiva**

Todo o patrimônio e recurso financeiro da **ABSOLAR** será destinado integralmente à realização de seus projetos e objetivos, que terá sua alocação determinada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria Executiva, dentro de suas respectivas atribuições, segundo definido neste Estatuto Social.

### **CAPÍTULO III - ASSOCIADOS, ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES**

#### **Artigo 6º – Constituição e Categorias Associativas**

A **ABSOLAR** será constituída por número ilimitado de associados, divididos nas seguintes categorias:

**I) Associado Pleno:** pessoas jurídicas, privadas ou públicas, interessadas no progresso técnico, financeiro e econômico do setor de energia solar fotovoltaica, bem como na adequação da regulamentação e legislação pertinente ao setor, e que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a) ser fabricante, fornecedor, distribuidor ou revendedor de equipamentos e/ou componentes utilizados em sistemas fotovoltaicos (exemplos: módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas de suporte, cabos, conectores e seus componentes);
- b) ser empresa integradora, empreiteira (epcista), projetista, de consultoria, de engenharia, de arquitetura, investidora ou de outros serviços afeitos ao setor de energia solar fotovoltaica;
- c) ser entidade proprietária ou controladora de projeto de geração de energia solar fotovoltaica **que esteja em pleno funcionamento**, com potência nominal superior a 01 (um) MW<sub>DC</sub>;
- d) ser entidade proprietária ou controladora de projeto de geração de energia solar fotovoltaica **que esteja comprovadamente em desenvolvimento**, com potência nominal superior a 01 (um) MW<sub>DC</sub>;
- e) ser agente de comercialização ou intermediação de energia solar fotovoltaica no ambiente de comercialização livre (ACL) de energia elétrica, devidamente cadastrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- f) ser empresa de consultoria de negócios, com ramos de atividades nas áreas financeiras, jurídica, de auditoria ou de intermediação de negócios, com serviços afeitos ao setor de energia solar fotovoltaica;
- g) ser instituição financeira com serviços afeitos ao setor de energia solar fotovoltaica.

**II) Associado Colaborador:** pessoas físicas, pessoas jurídicas ou entidades governamentais interessadas no progresso técnico, financeiro e econômico do setor de energia solar fotovoltaica, bem como na adequação da regulamentação e legislação pertinente ao setor, e que satisfaçam ao menos uma das condições a seguir:

- a) ser entidade pública governamental comprovadamente envolvida em atividades relacionadas ao setor de energia solar fotovoltaica;
- b) ser instituto ou centro de pesquisa, entidade ligada ao desenvolvimento tecnológico ou instituição acadêmica que tenha interesse e/ou atuação comprovadamente associada ao setor de energia solar fotovoltaica;

- c) ser pessoa física ou jurídica proprietária ou controladora de projeto de geração de energia solar fotovoltaica **que esteja em pleno funcionamento**, com potência nominal igual ou inferior a 01 (um) MW<sub>DC</sub>;
- d) ser pessoa física ou jurídica proprietária ou controladora de projeto de geração de energia solar fotovoltaica **que esteja comprovadamente em desenvolvimento**, com potência nominal igual ou inferior a 01 (um) MW<sub>DC</sub>;
- e) ser associação nacional, regional ou internacional que represente o setor de energia solar fotovoltaica fora do território nacional;
- f) ser Confederação ou Federação Estadual de Indústrias do setor energético;
- g) ser empresa integradora, projetista, instaladora, de consultoria, de engenharia, de arquitetura ou de outros serviços afeitos ao setor de energia solar fotovoltaica, quando tratar-se de empresa composta por até 05 (cinco) profissionais, incluídos os sócios, e que comprove faturamento bruto anual no último exercício inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- h) ser profissional pessoa física com atuação comprovada no setor de energia solar fotovoltaica.

**III) Associado Honorário:** pessoas físicas que tenham realizado, comprovadamente, contribuições excepcionais ao desenvolvimento do setor de energia solar fotovoltaica no Brasil. A nomeação de Associados Honorários será aprovada por deliberação da Assembleia Geral, por maioria mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos presentes, mediante proposta do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

§ 1º - Nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais, cada Associado Pleno será titular de 01 (um) voto. Ao Associado Colaborador e ao Associado Honorário não caberá direito a voto nas Assembleias Gerais.

§ 2º - O associado poderá solicitar a sua classificação em categoria mais elevada, ainda que não atenda aos critérios para ela estabelecidos, desde que assuma os custos próprios da nova categoria e que a reclassificação seja aprovada pela Diretoria Executiva.

§ 3º - A Diretoria Executiva promoverá a reclassificação do associado sempre que haja alteração do seu perfil, conforme definido neste Estatuto.

§ 4º - A qualidade de associado é intransferível e dela só poderão fazer uso os que estiverem quites com as suas obrigações e deveres para com a Associação.

### **Artigo 7º – Admissão**

Serão admitidos como associados aqueles cuja atividade seja coerente com as finalidades da **ABSOLAR**, na forma do Capítulo I, art. 2º, observadas as demais disposições deste Estatuto Social. Estão aptas a pleitear sua admissão à **ABSOLAR** as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou não no país, e entidades públicas ou equiparadas, desde que atuantes no setor de energia solar fotovoltaica.

§ 1º- A admissão de novos associados será realizada por solicitação escrita do proponente, encaminhada juntamente com documentos comprobatórios do seu enquadramento na categoria de associado pleiteada, por indicação por escrito de um Associado ou por convite da **ABSOLAR**. Tal solicitação deverá ser examinada pela Diretoria Executiva, que determinará o enquadramento de cada novo associado em uma das categorias previstas e definidas neste Estatuto, bem como ratificada pela Assembleia Geral.

§ 2º - Finalizada a sua admissão, o novo associado estará automaticamente integrado ao quadro social e subordinado ao Estatuto Social e Regimento Interno da Associação.

§ 3º - Cada Associado Pleno poderá credenciar até 02 (dois) representantes para o fim específico de, em seu nome, exercer os direitos constantes deste Estatuto e cada Associado Colaborador poderá credenciar até 01 (um) representante para o fim específico de, em seu nome, exercer os direitos constantes deste Estatuto.

§ 4º - Fica assegurado aos associados o direito de fazer-se representar nas Assembleias Gerais por meio de procuração outorgada com finalidade expressa para tal, a seus funcionários ou prepostos, ou ainda a representante credenciado de outro associado.

§ 5º - O representante credenciado do associado que deixar de atender às diretrizes fixadas por este Estatuto deverá ser substituído por outro, tão logo seja solicitado pela Diretoria Executiva.

§ 6º - Para efeitos legais, contratuais e outros, ficam convalidadas todas as admissões dos associados, bem como seus atos e deliberações praticados antes de 16/12/2015.

### **Artigo 8º – Direitos dos Associados**

Além dos direitos que lhes forem atribuídos no Regimento Interno da **ABSOLAR**, constituem direitos dos Associados Plenos:

- a) comparecer às Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias, discutir e votar as matérias que forem submetidas à apreciação das mesmas, tendo direito a 01 (um) voto nas deliberações;
- b) indicar seus representantes credenciados para concorrer à eleição para os cargos eletivos previstos no Estatuto Social da **ABSOLAR**;
- c) propor ao Conselho de Administração a admissão de novos associados ou a aplicação de penalidades a associados, mediante pedido devidamente fundamentado;
- d) propor, através de seus representantes credenciados, qualquer assunto que julgue deva ser submetido à apreciação da Assembleia Geral;
- e) utilizar-se da infraestrutura operacional da **ABSOLAR** para promoção das atividades desta;
- f) examinar os livros e os demais documentos da **ABSOLAR**, nas datas que para tal forem designadas;

g) enviaar esforços para a realização das finalidades a que se propõe a **ABSOLAR**.

§ 1º - Os Associados Colaboradores e Associados Honorários poderão participar das atividades da **ABSOLAR** com as seguintes restrições: não estarão aptos a eleger ou ser eleitos para os cargos eletivos previstos neste Estatuto Social e não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

§ 2º - Fica assegurado ao associado o direito de desligar-se voluntariamente da **ABSOLAR**, mediante solicitação devidamente protocolada junto à Diretoria Executiva, com antecedência nunca inferior a 30 (trinta) dias, registrando-se a situação de eventual inadimplemento no momento do desligamento.

§ 3º - O direito de voto nas Assembleias Gerais somente poderá ser exercido pelos Associados Plenos que estiverem em dia com o pagamento das contribuições e taxas devidas à **ABSOLAR**.

### **Artigo 9º – Deveres dos Associados**

Constituem deveres dos associados da **ABSOLAR**:

- a) cumprir e respeitar o Estatuto Social e o Regimento Interno da **ABSOLAR**, assim como as decisões da Assembleia Geral e dos demais Órgãos da Administração da Associação;
- b) pagar a taxa de adesão, por ocasião da apresentação de sua proposta de admissão como associado;
- c) pagar pontualmente as contribuições sociais periódicas fixadas e aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Regimento Interno da **ABSOLAR**;
- d) pagar pontualmente eventuais contribuições extraordinárias, para fins específicos, que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral;
- e) prestar colaboração efetiva a todas as iniciativas que concorram para o prestígio e o desenvolvimento da **ABSOLAR** e do setor de energia solar fotovoltaica;
- f) exercer com assiduidade, interesse, zelo e probidade, as funções inerentes aos cargos nos Órgãos de Administração e Grupos de Trabalho da Associação para os quais forem eleitos ou nomeados, quando Associados Plenos;
- g) prestar à **ABSOLAR** todas as informações que julgar possam contribuir para a consecução dos objetivos desta;
- h) não omitir sua condição de associado quando este fato contribuir para os objetivos da **ABSOLAR**;
- i) tornar público as atividades que vier a exercer em decorrência de oportunidades, benefícios e/ou financiamento obtidos através da **ABSOLAR**.

Parágrafo único – O título de Associado Honorário é uma concessão honorífica da **ABSOLAR**, ficando tais associados dispensados das contribuições financeiras descritas nos itens “b”, “c” e “d” deste artigo.



## **Artigo 10 – Penalidades**

A inobservância de qualquer dos deveres e obrigações consignados neste Estatuto Social constitui justa causa para a aplicação, aos associados de qualquer categoria, das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

§ 1º - O grau de incidência das penalidades atenderá à natureza, à gravidade do ato praticado e aos danos resultantes para a **ABSOLAR**.

§ 2º - A penalidade de advertência será sempre aplicável ao associado que não cumprir os deveres previstos neste Estatuto ou praticar atividades contrárias aos objetivos da **ABSOLAR**, não obstante a aplicação de outras penalidades previstas.

§ 3º - A penalidade de suspensão implicará a perda temporária de todos os direitos sociais previstos neste Estatuto Social.

§ 4º - A penalidade de exclusão implicará a perda definitiva de todos os direitos previstos neste Estatuto, inclusive as contribuições efetuadas, sendo o punido removido do quadro de associados da **ABSOLAR**.

§ 5º - As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho de Administração, por recomendação da Diretoria Executiva, após notificação prévia encaminhada pela Diretoria Executiva ao interessado, mediante carta registrada com aviso de recebimento.

§ 6º - Da aplicação das penalidades previstas neste artigo caberá pedido de revisão ao Conselho de Administração, no prazo de 07 (sete) dias contado da ciência daquela decisão; caso seja mantida a penalidade pelo voto da maioria do Conselho de Administração, caberá recurso à Assembleia Geral em igual prazo, cuja decisão será final e proferida em até 60 (sessenta) dias.

§ 7º - Assegurado o direito de defesa, o Conselho de Administração, por decisão fundamentada de seu Presidente, poderá deliberar sobre a exclusão de associado, independentemente de sua categoria, cabendo sempre recurso à Assembleia Geral, se assim o requerer o associado punido, no prazo de 07 (sete) dias da ciência da decisão, sendo que a decisão será tomada pelo voto da maioria dos presentes à Assembleia Geral.

§ 8º - Não obstante o cabimento e aplicação de outras penalidades previstas, a suspensão será adotada nos casos em que o associado:

- a) faltar com o pagamento de suas contribuições conforme determinado no Regimento Interno ou que, depois de notificado para o pagamento das taxas e contribuições devidas, permaneça inadimplente por mais de 30 (trinta) dias;
- b) depois de advertido, reincidir no não cumprimento dos deveres previstos neste Estatuto ou na prática de atividades contrárias aos objetivos da **ABSOLAR**; ou



c) deixar de providenciar a imediata substituição de seu representante credenciado, quando solicitado pela Diretoria Executiva.

§ 9º - É facultado ao associado excluído, cessada a causa da exclusão, pleitear, mediante prévia justificativa, sua readmissão no quadro social.

§ 10º - A readmissão do associado voluntariamente desligado da Associação ou excluído na forma do parágrafo segundo deste artigo, estará condicionada à aprovação do Conselho de Administração e à quitação das contribuições e taxas devidas até o seu desligamento ou exclusão do quadro de associados.

## **CAPÍTULO IV - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **Artigo 11 – Órgãos de Administração e Disposições Comuns**

A **ABSOLAR** será composta pelos seguintes Órgãos de Administração:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria Executiva;
- d) Conselho Fiscal; e
- e) Conselho Consultivo.

§ 1º - Os Órgãos de Administração regem-se pelo presente Estatuto Social e, em caso de omissão deste, pela legislação aplicável.

§ 2º - Todo integrante dos Órgãos de Administração da Associação exercerá seu cargo até a eleição e posse de seu sucessor, mesmo que encerrado seu mandato.

§ 3º - Os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão sempre ocupados por representantes credenciados de Associados Plenos necessariamente distintos e não serão remunerados. O desligamento de um membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal do Associado Pleno que ele representava, a qualquer título, deverá ser imediatamente comunicado à Diretoria Executiva, que promoverá a sua substituição na forma deste Estatuto.

§ 4º - A Diretoria Executiva poderá ser composta também por profissionais contratados e devidamente remunerados, facultada ainda a contratação onerosa de auxiliares administrativos e assessores técnicos para serviços específicos.

§ 5º - As deliberações dos Órgãos de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião, que poderá ser realizada presencialmente ou por meio de teleconferência ou videoconferência, a qual será presidida pelo respectivo Presidente que terá, quando for o caso, o voto de qualidade.

§ 6º - As convocações para as reuniões dos Órgãos de Administração poderão ser encaminhadas por meio eletrônico, fax ou correio e endereçadas aos seus integrantes, observados os prazos previstos neste Estatuto Social.

§ 7º - As atas das reuniões dos Órgãos de Administração são obrigatórias e serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos presentes.

§ 8º - As atas das reuniões dos Órgãos de Administração, assim como as atas das Assembleias Gerais, poderão ser arquivadas na sede da Associação em regime de folhas soltas, sendo oportunamente encadernadas, quando o número de folhas assim o justifique, e arquivadas perante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sempre que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

§ 9º - A plena atuação do membro integrante dos Órgãos de Administração da Associação é adstrita à regular adimplência do Associado Pleno ao qual o mesmo esteja vinculado, exceto no que se refere ao Conselho Consultivo.

## **CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL**

### **Artigo 12 – Constituição e Funções**

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da **ABSOLAR**, podendo ter caráter Ordinário ou Extraordinário, e delas somente poderão participar os associados que estiverem em dia com suas contribuições e no gozo dos seus direitos sociais e civis.

Parágrafo único - Os Associados Colaboradores e Honorários poderão participar das Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias sem, contudo, terem direito a voto.

### **Artigo 13 – Competência**

Compete à Assembleia Geral, dentre outras matérias previstas em lei:

- a) eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, observadas as disposições deste Estatuto Social;
- b) destituir os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- c) apreciar os atos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como verificar e aprovar o Plano Anual de Atividades, o Orçamento Anual e o balanço anual da Associação para cada exercício social anterior, documentos estes elaborados pela Diretoria Executiva e previamente aprovados pelo Conselho de Administração;
- d) aprovar, mediante proposta do Conselho de Administração, o Regimento Interno da **ABSOLAR** e, quando couber, de suas delegações e/ou representações locais e/ou regionais;
- e) examinar e deliberar sobre alterações no Estatuto Social da **ABSOLAR**;
- f) examinar, discutir e votar as matérias de interesse geral da **ABSOLAR**, e aquelas que lhe sejam submetidas pelos Órgãos de Administração;
- g) decidir recurso sobre exclusão de associados;

- h) aprovar propostas de abertura de escritórios, delegações e/ou representações locais e/ou regionais no Brasil e no exterior;
- i) deliberar sobre outras matérias previstas neste Estatuto Social como sendo de sua competência;
- j) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Associação e destinação do patrimônio social no caso de encerramento de suas atividades;
- k) ratificar a admissão e o enquadramento de novos associados em uma das categorias previstas e definidas neste Estatuto;
- l) aprovar a nomeação de Associados Honorários.

#### **Artigo 14 – Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias**

A Assembleia Geral se reunirá anualmente, em caráter ordinário para verificação e aprovação das contas e demonstrações financeiras do exercício findo e eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal ao final de cada mandato eletivo, e, extraordinariamente, sempre que assim o exigirem os interesses sociais.

#### **Artigo 15 – Convocação**

As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, através de carta enviada pelo correio, telegrama, fax ou por meio eletrônico, endereçada aos representantes credenciados pelos associados, com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias, acompanhada do Edital de Convocação, indicando data, hora e local para a realização da reunião, além da ordem do dia a ser tratada.

A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Conselho de Administração, por solicitação da Diretoria Executiva, por solicitação do Conselho Fiscal, desde que por assunto de sua competência, ou a pedido de pelo menos 20% (vinte por cento) dos Associados Plenos da Associação no pleno gozo dos seus direitos nos termos deste Estatuto Social e da legislação aplicável.

#### **Artigo 16 – Instalação, Funcionamento e Deliberação**

A Assembleia Geral se instalará, em primeira convocação, somente com a presença de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos associados em dia com as obrigações sociais. A Assembleia Geral se instalará, em segunda convocação, no mesmo dia e local, pelo menos 30 (trinta) minutos depois da hora marcada para a instalação em primeira convocação, com qualquer número de associados, lavrando-se ata em livro próprio que inclua uma lista de presença assinada pelos presentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, nas suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda por um membro da Diretoria Executiva, caso lhe seja solicitado. O presidente da Assembleia Geral designará um secretário a ser escolhido entre os Associados Plenos presentes ou por estes indicados.

§ 2º - A Assembleia Geral pode ser instalada a qualquer tempo, sem prévia convocação, se estiverem presentes 100% (cem por cento) dos Associados Plenos. No entanto, associados inadimplentes perante a Associação não terão direito a voto.

§ 3º - As deliberações das Assembleias Gerais serão limitadas aos assuntos constantes do Edital de Convocação e serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes ou representados, cabendo a cada associado o direito a voto que lhe é atribuído por este Estatuto.

## **CAPÍTULO VI - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Artigo 17 – Constituição e Funções**

O Conselho de Administração da **ABSOLAR** é um órgão permanente, composto por no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) membros, sendo:

- 01 (um) Presidente;
- 01 (um) 1º Vice-Presidente;
- 03 (três) Vice-Presidentes, dos quais 01 (um) Vice-Presidente de Geração Centralizada, 01 (um) Vice-Presidente de Geração Distribuída e 01 (um) Vice-Presidente de Cadeia Produtiva;
- 05 (cinco) Conselheiros Regionais, especificamente para as regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste (nesta incluído o Distrito Federal), Nordeste e Norte; e
- Os demais membros Conselheiros.

Os membros do Conselho de Administração serão representantes credenciados de Associados Plenos, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição por igual período, observando-se ainda o § 6º deste artigo, sendo um de seus membros eleito Presidente do Conselho de Administração pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração deverá possuir membros que representem diferentes perfis de associados, garantindo o alinhamento das decisões tomadas pelo órgão aos interesses comuns dos diferentes segmentos do setor solar fotovoltaico brasileiro. Para tanto, o Conselho de Administração deverá ser composto por representantes de Associados Plenos que, somados, satisfaçam no mínimo quatro das condições estabelecidas no Capítulo III, art. 6º, item I – Associado Pleno, estando necessariamente incluídas nesta contagem as condições a e b.

O Conselho de Administração deverá possuir membros que representem associados atuando em diferentes regiões geográficas, garantindo o alinhamento das decisões tomadas pelo órgão às particularidades observadas em cada região do país. Para tanto, o Conselho de Administração deverá ser composto por representantes de Associados Plenos que, somados, atuem, direta ou indiretamente, nas cinco diferentes regiões do Brasil, a citar: Sul, Sudeste, Centro-Oeste (nesta incluído o Distrito Federal), Nordeste e Norte.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração da **ABSOLAR** não terão direito a qualquer remuneração, vantagens ou bonificações sob qualquer forma.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo, na hipótese de vaga do cargo ou de impedimento permanente de membro do Conselho de Administração, um substituto será nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião a ser realizada no prazo de até 60 (sessenta) dias, que assumirá o cargo provisoriamente, devendo a sua nomeação ser ratificada pela primeira Assembleia Geral que se realizar após esse evento, incluindo-se o assunto no Edital de Convocação.

§ 3º - Em caso de vacância definitiva do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o 1º Vice-Presidente, devendo a sua nomeação ser ratificada pela primeira Assembleia Geral que se realizar após esse evento, incluindo-se o assunto no Edital de Convocação.

§ 4º - Em suas ausências e impedimentos temporários, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo 1º Vice-Presidente ou ainda pelo Vice-Presidente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração para a situação.

§ 5º - O Conselheiro que deixar de representar o Associado Pleno ao qual estivesse vinculado por ocasião da sua eleição perderá o seu cargo no Conselho de Administração devendo ser imediatamente substituído por outro representante indicado pelo respectivo Associado Pleno, devendo sua indicação ser ratificada pela primeira Assembleia Geral que se realizar após esse evento, incluindo-se o assunto no Edital de Convocação.

§ 6º - O Conselheiro que assumir seu cargo em substituição, na forma do § 2º, § 3º ou § 5º deste artigo, cumprirá o prazo restante do mandato do substituído.

### **Artigo 18 – Candidatura e Eleição do Conselho de Administração**

Para a composição do Conselho de Administração a ser eleito pela Assembleia Geral para um novo mandato de 02 (dois) anos, os Associados Plenos deverão organizar-se em chapas de no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) integrantes, conforme previsto no “caput” do Artigo 17º.

§ 1º - Os integrantes das chapas de Conselho de Administração serão necessariamente representantes credenciados de Associados Plenos distintos.

§ 2º - A composição de chapa de Conselho de Administração deverá ser encaminhada, por escrito ou por meio eletrônico, à Diretoria Executiva da ABSOLAR, no prazo de até 07 (sete) dias anteriores à realização da Assembleia Geral, para registro e apresentação à Associação, contendo a listagem completa dos candidatos às funções de Presidente do Conselho de Administração, Vice-Presidentes do Conselho de Administração, Conselheiros Regionais e Conselheiros.

§ 3º - A composição das chapas que concorrerão à eleição deverá ser apresentada à Associação, através de sua Diretoria Executiva, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas anteriores à realização da Assembleia Geral, sendo certo que fica dispensada esta formalidade se estiverem presentes à Assembleia Geral todos os associados e candidatos.

§ 4º - Cada candidato poderá concorrer integrando uma única chapa.

§ 5º - Os membros do Conselho de Administração serão destituíveis a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, na forma prevista por este Estatuto.

§ 6º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração ratificará, de imediato, os membros que exercerão as funções de Presidente do Conselho de Administração, Vice-Presidentes do Conselho de Administração, Conselheiros Regionais e Conselheiros, conforme a listagem previamente apresentada pela chapa à Associação.

### **Artigo 19 – Competência**

**I - Compete ao Conselho de Administração:**

- a) cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, o Estatuto Social e o Regimento Interno, as disposições regulamentares e regimentais aprovadas pelas Assembleias Gerais e demais Órgãos de Administração, bem como as decisões deles emanadas;
- b) estabelecer, em conjunto com a Diretoria Executiva as formas de atuação da Associação perante a sociedade, as entidades governamentais, os associados, e os integrantes do setor de energia solar fotovoltaica no País, visando à realização das diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Estatuto Social;
- c) definir, em conjunto com a Diretoria Executiva, políticas, planos, metas, estratégias e diretrizes de atuação da **ABSOLAR**, bem como de sua organização e administração;
- d) manifestar-se sobre os assuntos de interesse do setor e do mercado de energia solar fotovoltaica no país e no exterior;
- e) apresentar à Assembleia Geral as propostas de alteração do Estatuto Social;
- f) eleger os integrantes da Diretoria Executiva, bem como formalizar o respectivo ato;
- g) verificar e aprovar o Plano Anual de Atividades e o Orçamento Anual, elaborados pela Diretoria Executiva, para sua apresentação à Assembleia Geral, bem como aprovar alterações necessárias à sua execução e acompanhar, por meio de relatórios periódicos, as contas e demonstrativos financeiros apresentados pela Diretoria Executiva;
- h) aprovar normas operacionais, tais como relatórios de despesas, conforme proposta apresentada pela Diretoria Executiva;
- i) examinar, discutir e deliberar sobre matérias de sua competência apresentadas pela Diretoria Executiva ou por associados;
- j) aprovar a proposta de Regimento Interno da Associação e as propostas de atualização do mesmo, submetidas pela Diretoria Executiva, e submetê-las à aprovação da Assembleia Geral;
- k) aprovar os valores propostos pela Diretoria Executiva para as contribuições e taxas a serem pagas pelos associados, sujeitos à aprovação da Assembleia Geral;
- l) impor penalidades a qualquer associado, observadas as disposições deste Estatuto;
- m) deliberar e aprovar a contratação e a demissão de profissionais para integrarem a Diretoria Executiva;
- n) autorizar a Associação a adquirir ou vender bens imóveis de sua propriedade.
- o) aprovar contrato ou convênio a ser firmado no país ou no exterior, cujo valor seja superior ao do patrimônio líquido da Associação;

p) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da **ABSOLAR**, cujo valor seja superior ao do patrimônio líquido da Associação;

q) aprovar o plano de cargos e salários e de remuneração de profissionais, que forem contratados para a realização de atividades específicas, inclusive, os critérios a serem adotados para essas contratações, elaborados e apresentados pela Diretoria Executiva;

r) deliberar sobre outras matérias previstas neste Estatuto Social como sendo de sua competência;

s) aprovar a constituição e a dissolução de Grupos de Trabalho ou Comissões para o desenvolvimento de ações ou estudos específicos de interesse da Associação e do setor de energia solar fotovoltaica;

t) aprovar a propositura ou ingresso da Associação em processos administrativos ou ações judiciais de interesse individual ou coletivo dos associados;

u) propor à Assembleia Geral a nomeação de Associados Honorários, mediante justificativa devidamente fundamentada.

## II - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) convocar as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo;

b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração;

c) delegar aos Conselheiros atribuições ou funções específicas que se façam necessárias;

d) decidir os impasses nas deliberações do Conselho de Administração;

e) representar institucionalmente a Associação, bem como indicar que outros membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva o façam;

f) contribuir ativamente para o desenvolvimento das ações a que se propõe a Associação e das quais dependem as deliberações a serem tomadas pelo Conselho de Administração, primando pelo adequado funcionamento deste órgão administrativo.

## III - Compete aos Vice-Presidentes do Conselho de Administração:

a) participar das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração;

b) substituir o Presidente do Conselho de Administração, em seus impedimentos temporários ou ausências;

c) auxiliar o Presidente do Conselho de Administração, desempenhando as atribuições que este lhe cometer;



d) representar institucionalmente a Associação, conforme indicação do Presidente do Conselho de Administração;

e) contribuir ativamente para o desenvolvimento das ações a que se propõe a Associação e das quais dependem as deliberações a serem tomadas pelo Conselho de Administração, primando pelo adequado funcionamento deste órgão administrativo.

IV - Compete aos Conselheiros Regionais e Conselheiros do Conselho de Administração:

a) participar das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração;

b) colaborar com o Presidente do Conselho de Administração no que lhe for solicitado, desempenhando as ações que lhe forem delegadas por este, especialmente no caso de atividades localizadas nas suas regiões quando Conselheiros Regionais;

c) contribuir ativamente para o desenvolvimento das ações a que se propõe a Associação e das quais dependem as deliberações a serem tomadas pelo Conselho de Administração, contribuindo para o adequado funcionamento deste órgão administrativo;

d) substituir outro membro do Conselho de Administração, conforme lhe venha a ser solicitado, nos termos deste Estatuto, especialmente no caso de atividades localizadas nas suas regiões quando Conselheiros Regionais;

e) realizar atividades relacionadas ao secretariado de reuniões do Conselho de Administração, incluindo a confecção de atas de reunião.

## **Artigo 20 – Convocação, Instalação, Funcionamento e Deliberação**

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente, no mínimo 06 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, pela maioria de seus membros, ou a pedido de pelo menos 20% (vinte por cento) dos Associados Plenos da Associação no pleno gozo dos seus direitos nos termos deste Estatuto Social e da legislação aplicável. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, através de carta enviada pelo correio, telegrama, fax ou por meio eletrônico, endereçada aos integrantes do Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando data, hora e local para a realização da reunião, além da ordem do dia a ser tratada, salvo hipótese de matéria de excepcional urgência, devidamente justificada, quando a convocação poderá se dar por outros meios de comunicação e não obedecer o referido prazo de antecedência.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, pelos menos, a maioria de seus membros e, em segunda convocação, no mesmo dia e local, pelo menos 30 (trinta) minutos depois da hora marcada para a instalação em primeira convocação, com qualquer número de membros.

§ 2º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas presencialmente ou por meio de teleconferência ou videoconferência, lavrando-se a

ata respectiva, que será encaminhada para a assinatura dos membros participantes da reunião.

§ 3º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser instaladas a qualquer tempo, sem prévia convocação, se estiverem presentes 100% (cem por cento) dos membros do Conselho de Administração.

§ 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão decididas pela maioria dos votos dos presentes, conforme apurado no livro de presença. O Conselho de Administração somente poderá deliberar com a presença de, no mínimo 40% (quarenta por cento) dos seus membros, arredondado a unidade para baixo, cabendo ao Presidente o voto de desempate, caso necessário.

§ 5º - As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos presentes. O comparecimento às reuniões ordinárias do Conselho de Administração é de caráter obrigatório para os membros em atividade, sendo que a falta em até 03 (três) reuniões ordinárias em cada período de 12 meses, ou 03 (três) reuniões consecutivas, implicará perda automática do cargo, operando-se a substituição na forma deste Estatuto.

§ 6º - A falta de um membro ao Conselho de Administração poderá ser abonada por aquele que estiver presidindo a reunião, sempre que tal falta tiver ocorrido em razão do desempenho de atividades pela Associação.

## **CAPÍTULO VII - DIRETORIA EXECUTIVA**

### **Artigo 21 – Constituição e Funções**

A Diretoria Executiva da **ABSOLAR** será composta por profissionais eleitos pelo Conselho de Administração e que podem ou não ser remunerados conforme os respectivos termos contratuais, obedecendo ao Orçamento Anual aprovado pela Assembleia Geral, sendo 01 (um) Presidente da Diretoria Executiva e 02 (dois) Diretores, residentes e domiciliados no país, eleitos e empossados pelo Conselho de Administração para mandatos por prazo indeterminado, sendo certo, ainda, que novos cargos de Diretoria poderão vir a ser criados a critério da Assembleia Geral.

§ 1º - A Diretoria Executiva será composta por profissionais qualificados e capacitados para exercer as funções estabelecidas neste Estatuto e aquelas atribuídas pelo Conselho de Administração.

§ 2º - O Presidente da Diretoria Executiva será nomeado Presidente Executivo e os 02 (dois) Diretores serão nomeados Diretor Financeiro e Diretor Jurídico.

§ 3º - Os Diretores responderão diretamente ao Presidente Executivo.

§ 4º - As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Presidente Executivo e poderão ser realizadas presencialmente ou por meio de teleconferência ou videoconferência, lavrando-se a ata respectiva, que será encaminhada para a assinatura dos membros participantes da reunião.

§ 5º - As atas das reuniões da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos presentes. O comparecimento às reuniões ordinárias da Diretoria Executiva é de caráter obrigatório para os membros em atividade, sendo que a falta

em até 03 (três) reuniões ordinárias em cada período de 12 meses, ou 03 (três) reuniões consecutivas, implicará perda automática do cargo, operando-se a substituição na forma deste Estatuto.

§ 6º - A Diretoria Executiva poderá criar órgãos gestores da entidade, denominados Gerências e Assessorias, compostas por um número pré-acordado de profissionais, nomeados e destituídos pela Diretoria Executiva a qualquer tempo, cabendo à Diretoria Executiva, ainda, fixar atribuições e remuneração de tais profissionais.

§ 7º - Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não poderão integrar nenhuma Gerência ou Assessoria.

§ 8º - A Associação será representada, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pelo Presidente Executivo ou, em seus impedimentos temporários, por um Diretor ou Conselheiro à escolha do Presidente Executivo, exceto com relação à admissão ou demissão de profissionais e à participação em novos contratos e parcerias, hipóteses em que a representação da Associação dependerá, necessariamente, da assinatura do Presidente Executivo, juntamente com outro membro da Diretoria Executiva ou com o Presidente do Conselho de Administração.

§ 9º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Presidente Executivo será substituído por um Diretor à sua escolha. Em caso de ausência ou impedimento temporário ou permanente de qualquer Diretor, o mesmo será substituído em suas atribuições pelo Presidente Executivo, que servirá temporariamente até a substituição do cargo vacante de Diretor pelo Conselho de Administração.

## **Artigo 22 – Competência**

I - Compete à Diretoria Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, o Estatuto Social e Regimento Interno, as disposições regulamentares e regimentais aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração da Associação, bem como as decisões deles emanadas;
- b) estabelecer, em conjunto com o Conselho de Administração, as formas de atuação da Associação perante a sociedade, as entidades governamentais, os associados, e os integrantes do setor de energia solar fotovoltaica no País, visando à realização das diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Estatuto Social;
- c) definir, em conjunto com o Conselho de Administração, políticas, planos, metas, estratégias e diretrizes de atuação da **ABSOLAR**, bem como de sua organização e administração;
- d) administrar e dirigir as atividades da Associação, de acordo com as políticas, planos, metas, estratégias e diretrizes de atuação determinadas para a Associação e com o disposto neste Estatuto Social e no Regimento Interno;
- e) propor ao Conselho de Administração os valores das contribuições e taxas a serem pagas pelos associados, sujeitos à aprovação pela Assembleia Geral;
- f) elaborar e apresentar periodicamente ao Conselho de Administração relatório de desempenho financeiro com balancete do movimento de receitas e despesas e fluxo de caixa da Associação;

- g) elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento Anual e o balanço anual, nos prazos e forma estabelecidos no seu Regimento Interno, incluindo um parecer do Conselho Fiscal sobre as contas de sua gestão;
- h) impor penalidades a qualquer associado, observadas as disposições deste Estatuto;
- i) admitir e demitir funcionários, consultores e assessores, sob qualquer regime empregatício, estabelecendo normas de trabalho e de remuneração, com observância das disposições deste Estatuto e prescrições legais;
- j) organizar a constituição e dissolução de Grupos de Trabalho ou Comissões para o desenvolvimento de ações ou estudos específicos de interesse da Associação e do setor de energia solar fotovoltaica;
- k) representar a Associação, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros;
- l) representar institucionalmente a Associação, complementarmente ao Presidente do Conselho de Administração;
- m) manifestar-se sobre os assuntos de interesse do setor e do mercado de energia solar fotovoltaica no país e no exterior;
- n) supervisionar a implementação de programas e planos a serem desenvolvidos pela Associação;
- o) elaborar e manter atualizado o Regimento Interno da **ABSOLAR**, para submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- p) elaborar o plano de remuneração de profissionais que forem contratados para a realização de atividades específicas, inclusive os critérios a serem adotados para essas contratações, e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- q) sugerir e elaborar propostas de posicionamento da **ABSOLAR** sobre os assuntos de interesse do setor de energia solar fotovoltaica, no Brasil e no exterior;
- r) analisar e decidir sobre solicitações de admissão de novos associados, solicitações de reclassificação de associados, ou sobre a exclusão de associados, observadas as disposições deste Estatuto;
- s) propor à Assembleia Geral a nomeação de Associados Honorários, mediante justificativa devidamente fundamentada.

## II - Compete ao Presidente Executivo:

- a) planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Associação;

- b) supervisionar a elaboração e apresentar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, anualmente, o Plano Anual de Atividades e o balanço anual da sua gestão, referente ao exercício anterior;
- c) supervisionar a elaboração e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, propostas de metas, o Plano Anual de Atividades e o Orçamento Anual da Associação para o exercício do ano seguinte;
- d) realizar e controlar a execução do orçamento financeiro da Associação;
- e) realizar, autorizar e fiscalizar as aplicações patrimoniais da Associação;
- f) realizar as demais atividades determinadas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e acordadas com o Conselho de Administração;
- g) proferir palestras, conceder entrevistas, e demais atividades afeitas à representação institucional da **ABSOLAR**, no país e no exterior, sempre observando a orientação estratégica do Conselho de Administração;
- h) manifestar-se sobre os assuntos de interesse do setor de energia solar fotovoltaica, tanto no Brasil quanto no exterior;
- i) representar a Associação, judicial e extrajudicialmente, observados os termos deste Estatuto;
- j) adquirir e alienar bens sociais, observadas as limitações previstas neste Estatuto;
- k) participar das reuniões do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais, propondo e divulgando as agendas das reuniões aos seus integrantes, colaborando na elaboração das respectivas atas, quando requisitado, e providenciando os registros das mesmas de acordo com as exigências legais;
- l) supervisionar a organização dos eventos nos quais a Associação venha a participar, direta ou indiretamente, no país ou no exterior;
- m) supervisionar os Grupos de Trabalho e Comissões da Associação;
- n) efetuar o pagamento das obrigações devidas pela **ABSOLAR**, assinando, junto com o Diretor Financeiro ou, na ausência deste, com o Presidente do Conselho de Administração, os cheques e ordens de pagamento;
- o) endossar cheques para depósito na conta da **ABSOLAR**, receber e dar quitação, juntamente com o Diretor Financeiro ou, na ausência deste, com o Presidente do Conselho de Administração.

### III - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) observar o planejamento estratégico e executar o Plano Anual de Atividades e o Orçamento Anual aprovado da Associação, conforme definido pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral, e cumprir suas determinações;
- b) sugerir à Diretoria Executiva e adotar as providências cabíveis quanto à arrecadação, guarda e movimentação dos valores da Associação;

- c) organizar a prestação de contas do exercício findo, assim como as providências para a elaboração e escrituração do balanço e dos livros contábeis, para apreciação do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e oportuna aprovação da Assembleia Geral Ordinária;
- d) auxiliar na elaboração, anualmente, do Plano Anual de Atividades, do Orçamento Anual e do relatório de contas da Associação, referente ao exercício anterior;
- e) auxiliar na elaboração, anualmente, de propostas de metas, do Plano Anual de Atividades e do Orçamento Anual da Associação para o exercício do ano seguinte;
- f) representar a Associação, quando solicitado pelo Presidente Executivo, observados os termos deste Estatuto;
- g) manter os arquivos fiscais e contábeis da Associação, e desempenhar quaisquer atividades correlatas atribuídas à Diretoria Executiva;
- h) contratar e demitir funcionários, assessores e consultores, conforme deliberação conjunta da Diretoria Executiva, e aprovação do Presidente do Conselho de Administração, quando for o caso;
- i) promover a arrecadação das contribuições sociais e demais receitas da **ABSOLAR**;
- j) elaborar, anualmente, o balanço anual, que deverá instruir a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- k) apresentar os balancetes sempre que solicitado pelo Presidente Executivo, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal;
- l) desempenhar outras tarefas delegadas pelo Presidente Executivo.

#### IV - Compete ao Diretor Jurídico:

- a) observar o planejamento estratégico e executar o Plano Anual de Atividades e o Orçamento Anual aprovado da Associação, conforme definido pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral, e cumprir suas determinações;
- b) auxiliar na elaboração, anualmente, do Plano Anual de Atividades, do Orçamento Anual e do relatório de contas da Associação, referente ao exercício anterior;
- c) auxiliar na elaboração, anualmente, de propostas de metas, do Plano Anual de Atividades e do Orçamento Anual da Associação para o exercício do ano seguinte;
- d) manter a Associação em dia com suas obrigações legais e judiciais, zelando pelo cumprimento do Estatuto Social e das leis;
- e) participar em assembléias e reuniões internas e elaborar minutas, atas, memórias e demais documentos pertinentes aos atos sociais ordinários e

extraordinários previstos estatutariamente, garantindo a adequada formalização e registro dos atos societários e das decisões dos Órgãos de Administração da **ABSOLAR**, de acordo com as exigências legais;

f) elaborar e orientar as práticas societárias ordinárias e extraordinárias, incluindo presenças, convocações, comunicados e relação com os associados;

g) propor e elaborar a revisão de atos e documentos sociais, após aprovação dos respectivos Órgãos de Administração;

h) elaborar pareceres jurídicos, projetos e propostas para o estabelecimento, adequação e/ou aprimoramento de regulamentações afeitas ao setor de energia solar fotovoltaica;

i) propor a análise de situações e emitir parecer jurídico em assuntos de interesse da **ABSOLAR**, sempre que requisitado pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva ou pelo Presidente Executivo;

j) propor e acompanhar todos os procedimentos judiciais e administrativos de interesse da **ABSOLAR**;

k) efetuar estudos e assessorar o Presidente Executivo nos assuntos de sua alçada;

l) aconselhar a Diretoria Executiva no tocante às suas demandas jurídicas, dando-lhe suporte quanto aos aspectos legais de suas ações;

m) orientar a **ABSOLAR** quanto à redação e celebração de contratos de qualquer natureza, visando à adoção de corretas práticas processuais do ponto de vista legal e administrativo e defendendo os interesses da Associação quanto ao conteúdo dos contratos;

n) acompanhar o andamento das ações judiciais ou processos administrativos de interesse da **ABSOLAR**, inclusive em interface com os escritórios externos, fiscalizando as suas atividades;

o) elaborar procurações para a **ABSOLAR**;

p) orientar a Diretoria Executiva nas questões do dia-a-dia da Associação, incluindo examinar e emitir parecer acerca de documentos e contratações de interesse da **ABSOLAR**;

q) orientar a Diretoria Executiva quanto a questões trabalhistas;

r) desempenhar outras tarefas delegadas pelo Presidente Executivo.

§ 1º - O Presidente Executivo e os Diretores não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da **ABSOLAR**, em razão de ato regular de gestão.

### **Artigo 23 – Atos de Administração e Assunção de Direitos e Obrigações**

Para serem válidos e eficazes:



- (i) a assinatura de contratos de qualquer natureza;
- (ii) a aquisição, alienação, arrendamento, locação ou oneração de quaisquer bens móveis ou imóveis da **ABSOLAR**;
- (iii) a assinatura de cheques, ordens de pagamento, saques, transferências bancárias, notas promissórias e quaisquer outros títulos de crédito;

Dependerão de assinatura, sempre em conjunto:

- a) do Presidente Executivo e do Presidente do Conselho de Administração; ou
- b) do Presidente Executivo e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, quando especialmente designado para tal pelo Presidente do Conselho de Administração; ou
- c) do Presidente Executivo e de um Conselheiro, quando especialmente designado para tal pelo Presidente do Conselho de Administração; ou
- d) do Presidente do Conselho de Administração e de um Diretor, quando especialmente designado para tal pelo Presidente Executivo.

§ 1º - A constituição ou destituição de procuradores em nome da Associação será sempre feita mediante a assinatura do Presidente do Conselho de Administração em conjunto com o Presidente Executivo, ou de qualquer deles em conjunto com um procurador com poderes específicos para tal, e especificará os poderes conferidos e o prazo de validade do mandato, que não poderá exceder 01 (um) ano, exceto naqueles para fins judiciais, cujo prazo de validade será indeterminado.

§ 2º - Poderão representar isoladamente a Associação o Presidente Executivo, um dos Diretores, quando especialmente designado para tal pelo Presidente Executivo, ou um procurador com poderes específicos para tal, desde que não supere a alçada de quem está sendo representado.

§ 3º - A assunção de obrigações pecuniárias pela Associação dependerá da observância dos seguintes critérios, por evento:

- i) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) - por decisão da Diretoria Executiva, para os atos de gestão administrativa, sempre com a observância das demais cláusulas deste artigo e da previsão orçamentária da Associação;
- ii) de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) - mediante aprovação prévia do Conselho de Administração;
- iii) acima de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) - mediante aprovação prévia da Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

### **Artigo 24 – Constituição e Funções**

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e tomadas de contas da Associação. Este órgão será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos representantes de Associados Plenos, residentes e domiciliados no país, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de duração de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 1º - Para a composição do Conselho Fiscal a ser eleito pela Assembleia Geral, cada Associado Pleno poderá indicar somente 02 (dois) candidatos à Assembleia Geral, sendo um para o cargo efetivo e outro para a suplência respectiva, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas anteriores ao escrutínio. A eleição dos membros do Conselho Fiscal será dada por maioria de votos dos presentes à Assembleia.

§ 2º - O Conselho Fiscal deverá ser composto por membros de Associados Plenos distintos e não integrantes da Diretoria, do Conselho de Administração nem do Conselho Consultivo.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão, dentre os seus membros efetivos, aquele que executará as funções de Presidente do Conselho Fiscal.

§ 4º - Ocorrendo vacância do Conselho Fiscal, assumirá o respectivo suplente já eleito.

#### **Artigo 25 - Convocação, Instalação, Funcionamento e Deliberação**

O Conselho Fiscal realizará reuniões ordinariamente, uma vez ao ano, a fim de emitir parecer sobre o Relatório de Contas da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus membros ou do Presidente do Conselho de Administração, através de carta enviada pelo correio, telegrama, fax ou por meio eletrônico, endereçada aos integrantes do Conselho Fiscal, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando data, hora e local para a realização da reunião, além da ordem do dia a ser tratada, salvo hipótese de matéria de excepcional urgência, devidamente justificada, quando a convocação poderá se dar por outros meios de comunicação e não obedecer o referido prazo de antecedência.

§ 1º - As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, através de carta enviada pelo correio, telegrama, fax ou por meio eletrônico, endereçada aos integrantes do Conselho Fiscal, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando data, hora e local para a realização da reunião, além da ordem do dia a ser tratada.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas presencialmente ou por meio de teleconferência ou videoconferência, lavrando-se a ata respectiva, que será encaminhada para a assinatura dos membros participantes da reunião.

§ 3º - As deliberações do Conselho Fiscal serão decididas pela maioria dos votos dos presentes, conforme apurado no livro de presença.

§ 4º - Não será permitido a qualquer membro do Conselho Fiscal fazer-se representar pelo seu representante legal ou por pessoa por ele credenciada para a reunião para o qual tiver sido convocado.

## **CAPÍTULO IX - CONSELHO CONSULTIVO**

### **Artigo 26 – Constituição e Funções**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, em decisão conjunta, poderão instituir o Conselho Consultivo, que é o órgão responsável por contribuir com análises, reflexões e orientações para as decisões estratégicas da ABSOLAR, e que será formado por 03 (três) a 06 (seis) membros convidados, não fazendo jus a qualquer remuneração por sua contribuição à Associação. As contribuições expedidas pelo Conselho Consultivo à ABSOLAR possuem caráter de recomendação, cabendo ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, em conjunto, a decisão final de incorporá-las ou não ao planejamento estratégico da Associação.

### **Artigo 27 – Convocação, Instalação, Funcionamento e Deliberação**

§1º - Se instituído, o Conselho Consultivo realizará reuniões no mínimo 02 (duas) vezes por ano. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, através de carta enviada pelo correio, telegrama, fax ou por meio eletrônico, endereçada aos integrantes do Conselho Consultivo, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando data, hora e local para a realização da reunião, além da ordem do dia a ser tratada, salvo hipótese de matéria de excepcional urgência, devidamente justificada, quando a convocação poderá se dar por outros meios de comunicação e não obedecendo o referido prazo de antecedência, salvo hipótese de matéria de excepcional urgência, devidamente justificada, quando a convocação poderá se dar por outros meios de comunicação e não obedecer o referido prazo de antecedência.

§ 2º - As reuniões do Conselho Consultivo poderão ser realizadas presencialmente ou por meio de teleconferência ou videoconferência, lavrando-se a ata respectiva, que será encaminhada para a assinatura dos membros participantes da reunião.

§ 3º - As recomendações do Conselho Consultivo serão decididas pela maioria dos votos dos presentes, conforme apurado no livro de presença. O Conselho Consultivo somente poderá deliberar com a presença de, no mínimo, 03 (três) dos seus membros.

§ 4º - Não será permitido a qualquer membro do Conselho Consultivo fazer-se representar pelo seu representante legal ou por pessoa por ele credenciada para a reunião para o qual tiver sido convidado.

## **CAPÍTULO X – ORÇAMENTO, RECEITAS E DESPESAS, EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO**

### **Artigo 28 – Orçamento**

A vida financeira e administrativa da Associação será orientada pelo Orçamento Anual a ser elaborado, anualmente, pela Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho de Administração e ratificado pela Assembleia Geral.

### **Artigo 29 – Receitas e Despesas**

As receitas da Associação serão aquelas já previstas no Artigo 4º deste Estatuto e as despesas serão, basicamente, constituídas por:

- a) aluguel dos locais necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- b) desembolso com bens e serviços necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- c) pagamento de salários aos profissionais da **ABSOLAR** e encargos sobre estes incidentes;
- d) outras despesas que se façam necessárias.

### **Artigo 30 – Exercício Social**

O exercício social da **ABSOLAR** coincidirá com o ano civil, tendo início em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

### **Artigo 31 – Balanço Anual**

Ao término de cada exercício social serão levantados, pela Diretoria Executiva, o balanço anual e as demonstrações financeiras de praxe que, juntamente com o relatório de atividades desenvolvidas no exercício anterior, serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração e à ratificação da Assembleia Geral, com o parecer do Conselho Fiscal, até o dia 30 de abril de cada ano posterior ao do exercício findo.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **Artigo 32 – Casos Omissos**

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração e, quando necessário, encaminhados à Assembleia Geral.

### **Artigo 33 – Dissolução**

A dissolução da Associação só poderá ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que somente poderá ser instalada com a presença de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados Plenos, devendo a deliberação ser aprovada por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos presentes, conforme registrado em livro de presença.

### **Artigo 34 – Destinação do Patrimônio**

No caso de dissolução da **ABSOLAR**, seu patrimônio será destinado a entidades sem fins lucrativos, de utilidade pública, de fins semelhantes e que possam dar continuidade aos objetivos da **ABSOLAR**, a serem indicadas pela Assembleia Geral que decidir pela dissolução da Associação, dentre uma lista com, no mínimo, 03 (três) entidades sugeridas pelo Conselho de Administração, desde que não vedada por lei.

### **Artigo 35 – Responsabilidade dos Associados**

Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não serão responsáveis pessoalmente pelas obrigações da Associação, salvo em caso de dolo ou infração às normas legais e disposições estatutárias.

### **Artigo 36 – Regulamentos e Regimentos Internos**

As disposições deste Estatuto serão complementadas pelos regulamentos e regimentos que venham a ser expedidos pela Associação e aprovados pela Assembleia Geral, os quais serão arquivados na sede da ABSOLAR e estarão disponíveis para consulta pelos associados conforme solicitação.

## **CAPÍTULO XII – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **Artigo 37 – Resolução Amigável**

Em caso de existência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução deste Estatuto Social e do Regimento Interno, os envolvidos enviarão seus melhores esforços para solucionar o referido conflito amigavelmente, com intermediação da Diretoria Executiva, quando solicitado pelos envolvidos.

### **Artigo 38 – Arbitragem**

No caso de os envolvidos não chegarem a um acordo, a controvérsia será solucionada por arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, na forma de seu Regulamento em vigor na data da instalação do procedimento e sob as regras da Lei nº 9.307/96. A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por um único árbitro indicado de acordo com o referido Regulamento, e em caráter confidencial, inclusive em relação à existência do conflito. Todo o procedimento arbitral será conduzido apenas em português.

§ 2º - Sem constituir qualquer limitação aos poderes a si conferidos, o árbitro também terá competência para conceder medidas cautelares que se fizerem necessárias no curso da arbitragem. Antes da instituição da arbitragem, os envolvidos poderão recorrer a autoridades judiciais competentes para a obtenção de medidas coercitivas e/ou acautelatórias, sem que isso constitua renúncia da escolha dos envolvidos de se submeterem à arbitragem.

§ 3º - Para a execução do procedimento estabelecido no § 2º acima, os envolvidos desde já elegem o foro central da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.

---

Dr. Rodrigo Lopes Sauaia  
Presidente Executivo

---

Nelson Colaferro Júnior  
Presidente do Conselho de  
Administração

---

Dr. André Fabian Edelstein  
Diretor Jurídico  
OAB/SP: 162968